

# PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

04 de outubro de 2017 – 14 horas

PARA USO DO PPG-DIR

NOME DO CANDIDATO (em letra de forma):

PARA USO DO PPG-DIR

<b>Nº ACERTOS:</b>	APROVADO (    )    REPROVADO (    )	
	AVALIADOR:	

**1) Em relação às diretrizes centrais de trabalho para a elaboração do Código Civil de 2002, é possível afirmar que**

- (A) Uma das diretrizes fundamentais foi a da unidade e sistematização com o objetivo de fazer uma “revolução jurídica para solucionar os principais problemas do Direito Civil brasileiro”.
- (B) A diretriz central da Comissão foi a decisão de refazer integralmente o Código Civil através da adoção dos princípios da socialidade, operabilidade e eticidade.
- (C) A preocupação da Comissão elaboradora foi dotar o ordenamento com um instrumento normativo aberto às mudanças, mediante a adoção da técnica legislativa das cláusulas gerais.
- (D) A noção de constituição do homem comum é relevante na formação do Código Civil de 2002 para reforçar a ideia de que o Código Civil e a Constituição Federal tem a mesma função.

**2) A respeito do princípio da socialidade é correto afirmar que**

- (A) O princípio decorre da influência do socialismo, objetivando, por exemplo, melhores condições de acesso à propriedade através da posse *pro labore* e outros institutos equivalentes.
- (B) O princípio representa a prevalência dos valores coletivos sobre os individuais e é restrito a questões ligadas à função social da posse e da propriedade.
- (C) É marca do culturalismo de Miguel Reale e tem como objetivo suprimir a livre iniciativa.
- (D) Está consagrada em diversos dispositivos legais do Código Civil de 2002, demonstrando a prevalência dos valores coletivos sobre os individuais, bem como está associada a funcionalização dos direitos subjetivos.

**3) “O Código Civil de 1916 foi concebido como um sistema fechado e para que os juristas não fizessem nada mais do que a exegese dos dispositivos legais lá consubstanciados, a linguagem do novo Código Civil foi elaborada para que a comunidade jurídica, ou ‘os operadores do direito’ na expressão de Miguel Reale, tenham papel ativo na determinação do sentido das normas jurídicas, consubstanciando, pois um sistema aberto”. O trecho citado foi extraído do Livro Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil brasileiro, e reflete a preocupação com as cláusulas gerais. A respeito do assunto é incorreto afirmar que:**

- (A) O Código Civil de 2002 é marcado por normas abertas, cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados.
- (B) Cláusulas gerais são normas cuja vagueza de sentido assume papel de integração e sistematização das demais normas.

- (C) O Código Civil de 1916 não continha nenhuma cláusula geral.
- (D) As cláusulas gerais desvinculam-se da pessoa do legislador, de seus motivos iniciais, para que possam atender, prospectivamente, a fatos e valores supervenientes suscetíveis de serem situados no âmbito de validade das regras em vigor tão somente mediante seu novo entendimento hermenêutico.

#### 4) A responsabilidade civil no Código Civil brasileiro

- (A) É marcada pela distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, sendo objetiva a primeira e subjetiva a segunda.
- (B) É baseada na culpa.
- (C) Foi estruturada a partir de cláusulas gerais que tratam da culpa e do risco.
- (D) Adotou o conceito jurídico indeterminado de risco baseado no proveito do agente.

#### 5) Marque a alternativa que melhor corresponde a características da boa-fé objetiva.

- (A) A primeira cláusula geral da boa-fé objetiva no Direito brasileiro estava prevista no Código Comercial de 1850.
- (B) A boa-fé objetiva no Código Civil vigente tem função na interpretação dos negócios jurídicos, limite ao exercício de posições jurídicas subjetivas e fonte de deveres anexos nas relações contratuais.
- (C) A boa-fé objetiva tem grande utilidade na definição da justiça ou injustiça da posse.
- (D) A boa-fé subjetiva incide na relação contratual para garantir que as partes atuem com lealdade, gerando deveres anexos ou laterais.

#### 6) A unificação das obrigações civis e mercantis

- (A) Não retirou a autonomia científica e prática do Direito Comercial.
- (B) Foi responsável pela abolição do Direito Comercial, pois o Direito da Empresa fica submetido ao regime e aos princípios do Direito das Obrigações previstos no Código Civil.
- (C) É apenas retórica, pois na prática nada foi alterado.
- (D) Representa a hierarquização valorativa do Direito Comercial ao regime obrigacional do Código Civil.

#### 7) Marque a alternativa correta a respeito das obrigações *propter rem*.

- (A) Obrigações *propter rem* e ônus reais são sinônimos.
- (B) As obrigações *propter rem* podem ser inscritas no álbum imobiliário, pois criam ônus reais sobre as coisas.
- (C) As obrigações *propter rem* ou obrigações reais são aquelas em que uma pessoa, em razão de ser titular de um direito real, fica vinculada a outra relativamente ao dever de prestar ou de fazer.
- (D) São exemplos de obrigação *propter rem* as dívidas de IPTU e as vinculadas a uma nota promissória.

**8) A alienação fiduciária em garantia**

- (A) Representa a adoção do *trust* no Direito brasileiro.
- (B) É negócio jurídico que somente pode ser celebrado por instituições financeiras.
- (C) Provoca o desdobramento da posse entre possuidor direto e o possuidor indireto.
- (D) Admite a prisão do depositário infiel do bem alienado fiduciariamente.

**9) Na sua visão contemporânea, a noção de inadimplemento envolve:**

- (A) No caso da mora, apenas o atraso no cumprimento da prestação.
- (B) Sua repercussão na lesão ou sacrifício do interesse útil do credor.
- (C) O exame exclusivo acerca da realização do dever principal de prestação.
- (D) A exigência de demonstração da culpa do devedor, em especial nas obrigações de resultado.

**10) Sobre a cláusula penal nas obrigações, é correto afirmar:**

- (A) Seu caráter acessório não impede que se mantenha válida quando expressamente pactuada como garantia em relação à nulidade da obrigação principal.
- (B) Nunca poderá ser superior, nos contratos civis, a um décimo do valor da prestação principal.
- (C) Dada sua natureza, um mesmo contrato não poderá contar, ao mesmo tempo, com cláusula penal moratória e cláusula penal compensatória.
- (D) Confunde-se, no direito brasileiro, com a cláusula de arrendimento.

**11) Sobre a preservação da equivalência material em relação ao objeto da obrigação, é correto afirmar que:**

- (A) A elaboração da fórmula *rebus sic stantibus* deve-se à pandectística alemã do século XIX.
- (B) A revisão judicial do objeto do pagamento, nos contratos disciplinados pelo Código Civil, se dá, principalmente, com fundamento na teoria da base objetiva do negócio jurídico.
- (C) Pode ser assegurada mediante previsão, no contrato, de cláusula de escala móvel.
- (D) No caso de onerosidade excessiva superveniente, o Código Civil apenas prevê a alternativa de resolução do contrato.

**12) Sobre o pagamento das obrigações é correto afirmar que:**

- (A) A violação do princípio da identidade pode torná-lo ineficaz.
- (B) Feito por pessoa sem interesse jurídico na extinção da dívida, tem por efeito a subrogação daquele que pagou, nos direitos do credor.
- (C) Feito a credor incapaz, não produz, em qualquer circunstância, efeito liberatório do devedor.
- (D) No caso de obrigações pecuniárias, incide o princípio do nominalismo.

**13) Sobre o enriquecimento sem causa é correto afirmar que:**

- (A) Não será admitida a pretensão de restituição quando o acréscimo patrimonial for fundado em contrato válido.
- (B) Para que haja pretensão de restituição, deve ser demonstrada sempre a correspectividade entre o enriquecimento de uma das partes e o empobrecimento da outra.
- (C) A utilidade do lucro de intervenção consiste na admissão de pretensão com fundamento na ausência de vantagem do lesado.
- (D) Não é fonte formal de obrigações no direito brasileiro.

**14) A estrutura da obrigação pode ser compreendida como**

- (A) Uma relação entre débito e responsabilidade, sendo a responsabilidade um dever sucessivo pelo qual respondem todos os bens do devedor.
- (B) Uma relação entre débito e solidariedade, sendo o débito um dever pelo qual o devedor responde pelos encargos decorrentes da mora.
- (C) Uma relação entre débito e responsabilidade nas hipóteses em que haja cumprimento forçado. Havendo cumprimento espontâneo da obrigação a estrutura é monista.
- (D) Uma relação entre uma relação entre débito e solidariedade, tendo em vista que a função social dos contratos provocou a superação da relação entre débito e responsabilidade.

**15) Cartas de conforto**

- (A) São cartas enviadas pelo devedor confortando o credor por conta do inadimplemento.
- (B) Consistem em instrumentos de conteúdo variado, espécie de garantia imprópria fundada na confiança e credibilidade das partes envolvidas.
- (C) Podem ser usadas pelo credor para dispensar a execução do contrato.
- (D) São vedadas no Direito brasileiro.

**16) Sobre a oferta no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:**

- (A) Tem eficácia vinculativa e é irrevogável.
- (B) Tem eficácia condicional e é revogável.
- (C) Não admite execução específica.
- (D) Há distinção quanto aos efeitos da oferta publicitária e da não-publicitária.

**17) Sobre o direito básico do consumidor à informação, previsto no CDC, é correto afirmar nos contratos de consumo em geral, que:**

- (A) O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) excluiu a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) Segundo a doutrina alemã, a publicidade pode se caracterizar como promessa negocial de qualidade do produto ou serviço.

- (C) A informação falsa pode caracterizar publicidade enganosa, porém não vincula o fornecedor que a fizer veicular.
- (D) A publicidade subliminar se harmoniza com o princípio da identificação publicitária.

**18) Sobre as práticas comerciais abusivas, no direito do consumidor, é correto afirmar que:**

- (A) Sua vedação produz, exclusivamente, efeitos civis.
- (B) A venda casada será proibida apenas quando demonstrado o efetivo prejuízo para o consumidor.
- (C) O caráter exemplificativo das hipóteses previstas em lei não permite reconhecer, no direito atual, o assédio de consumo como espécie de prática abusiva.
- (D) A interpretação das hipóteses previstas como práticas abusivas em conjunto com as regras sobre oferta permitem identificar uma verdadeira obrigação de contratar para o fornecedor

**19) Sobre a contratação à distância no comércio eletrônico é correto afirmar que:**

- (A) Na estrutura do Código de Defesa do Consumidor, a previsão do direito de arrependimento nos contratos de crédito aparta-se da regra geral relativa aos demais contratos de consumo.
- (B) Em relação a ela não é reconhecido o direito de arrependimento do consumidor.
- (C) O consumidor tem o direito de exercer o direito de arrependimento em até sete dias.
- (D) No direito brasileiro, a exemplo do direito europeu, a legislação define exceções específicas ao exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.

**20) Sobre o regime da publicidade no CDC, é correto afirmar que:**

- (A) A proibição da publicidade ilícita não perquire culpa ou dolo do fornecedor, proibindo apenas o resultado da mensagem publicitária.
- (B) A definição de publicidade, nas relações de consumo, abrange o merchandising e a publicidade governamental.
- (C) O ônus de provar a veracidade das informações da mensagem publicitária pertence, solidariamente, ao fornecedor e ao veículo de comunicação que a divulgar.
- (D) No caso de publicidade ilícita, tem pretensão para postular a responsabilidade do fornecedor apenas aquele que tiver efetivamente celebrado contrato relativo a produto ou serviço em razão da mensagem publicitária.

**21) Na obra "Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor", verifica-se que o autor, Roberto Pfeiffer, aborda o tema da necessidade de repasse de benefícios ao consumidor, no âmbito do controle de concentrações de empresas (artigo 88, § 6º, II da Lei nº 12.529/2011). Em relação a esse tópico da obra, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) O autor sustenta a impossibilidade de aplicação, no Brasil, do modelo *welfare standard*.
- (B) O autor sustenta a licitude da aplicação do modelo *price standard* ao contexto concorrencial brasileiro.
- (C) O autor considera inválido o ato de concentração que gere eficiências aptas a reduzir custos sem aumentar os preços, que traga outros benefícios aos consumidores (como o aperfeiçoamento da qualidade de produtos) e não conduza à eliminação da possibilidade de escolha.
- (D) O autor aponta a relevância da utilização do chamado *consumer choice approach* nas hipóteses em que o preço não é o melhor elemento de análise concorrencial.

**22) A obra "Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor" trata de diversos aspectos que aproximam o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor. Entre as posições do autor, Roberto Pfeiffer, expostas na citada obra, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) O autor considera que a venda casada pode constituir tanto uma prática abusiva quanto uma infração da ordem econômica, inexistindo, pois, *bis in idem*.
- (B) O autor refere que a venda casada é passível de apuração pelos órgãos de proteção ao consumidor e pelas autoridades de defesa da concorrência.
- (C) Para o autor, se determinado fornecedor condiciona a compra de um produto, por um consumidor, à aquisição de outro, mas não possui posição dominante no mercado em que se insere, não tendo sua conduta a possibilidade de produzir efeitos sobre a concorrência, não se está diante de uma venda casada enquanto infração da ordem econômica.
- (D) O autor considera que não seria conveniente a introdução de um sistema de indenização multiplicada no Brasil, similar ao sistema *treble damages*, adotado nos EUA.

**23) Em relação à fase pré-contratual na relação de consumo, é correto afirmar:**

- (A) As informações precisas prestadas pelo fornecedor, mesmo que não formalizadas por escrito, integram o conteúdo do contrato.
- (B) As informações precisas prestadas pelo fornecedor dão causa a obrigação de fazer, cujo descumprimento gera apenas à pretensão de indenização.
- (C) As informações precisas prestadas pelo fornecedor integram o conteúdo do contrato, mas não permitem execução específica.
- (D) As informações precisas prestadas pelo fornecedor vinculam o fornecedor, porém podem ser afastadas segundo disporem as condições gerais do contrato que vier a ser celebrado.

**24) Considerando a bibliografia indicada para a linha de pesquisa em Direito do Trabalho, assinale a opção correta:**

- (A) Para que esteja caracterizada a relação de emprego, esta peculiar situação jurídica sobre a qual incide toda a gama protetiva juslaboral, é necessária a presença concomitante de alguns elementos ou características, dentre as quais pode ser destacada a pessoalidade. Esta, por sua vez, tem na *singularidade da prestação* um de seus desdobramentos principais, pois o trabalho é considerado infungível, destacando a relevância das aptidões e condutas pessoais do sujeito trabalhador e a fidúcia como elementos fundamentais para a dinâmica contratual. Entretanto, apesar disso, o princípio da boa-fé, por se tratar de um princípio geral de direito privado incompatível com os princípios juslaborais específicos, tais como o da proteção e o do rendimento, não encontra margem para aplicação no direito individual do trabalho.
- (B) Para que esteja caracterizada a relação de emprego, esta peculiar situação jurídica sobre a qual incide toda a gama protetiva juslaboral, é necessária a presença concomitante de alguns elementos ou características, dentre as quais pode ser destacada a onerosidade. Trata-se de uma característica presumida a partir do contexto no qual se insere a prestação laboral, na medida em que o empregado, cuja única ou principal forma de subsistência constitui-se no fornecimento alheio de energia laboral, em geral, não irá trabalhar por mera benevolência. Assim, a onerosidade não se mede, necessariamente, pelo fato de haver ou não haver efetivas contraprestações ao serviço prestado, e sim pelo presumido intuito econômico do trabalhador como motivação preponderante da relação. Trata-se de uma presunção relativa em prol da onerosidade, que se fortalece ou se confirma (b.1) quanto maior fora dependência econômica do trabalhador, (b.2) quando houver proveito econômico do tomador, (b.3) quanto maior for a profissionalidade da prestação e (b.4) quando a alegada finalidade não econômica do tomador for incompatível com as convicções ideológicas, religiosas, altruísticas ou de qualquer outra natureza pessoal e privada do prestador.



- (C) Para que esteja caracterizada a relação de emprego, esta peculiar situação jurídica sobre a qual incide toda a gama protetiva juslaboral, é necessária a presença concomitante de alguns elementos ou características, dentre as quais pode ser destacada a subordinação. A subordinação pode ser percebida em duas acepções, a objetiva e a subjetiva, esta última tradicionalmente mais enfatizada pela jurisprudência e doutrina pátrias. A subordinação subjetiva concretiza-se no que se pode chamar de poder patronal, um conjunto de prerrogativas potestativas alcançadas ao empregador voltadas a dar utilidade à energia laboral disponibilizada pelo trabalhador. O poder patronal, entretanto, não é absoluto, encontrando um limite intransponível, este sim absoluto, qual seja, a necessária prevalência e tutela dos direitos fundamentais e de personalidade do trabalhador, sempre que estes tangenciarem eventuais necessidades empresariais. Em razão disso, por exemplo, a prerrogativa fiscalizatória, que reconhecidamente integra o poder patronal, somente pode ser exercida, por qualquer meio, mediante prévia comunicação e assentimento do trabalhador ou de sua representação sindical. Da mesma forma, emanações oriundas do chamado jus variandi patronal, outra prerrogativa que integra o poder patronal, também demandam a expressa concordância do trabalhador.
- (D) Para que esteja caracterizada a relação de emprego, esta peculiar situação jurídica sobre a qual incide toda a gama protetiva juslaboral, é necessária a presença concomitante de alguns elementos ou características, dentre as quais pode ser destacada a subordinação. A subordinação pode ser percebida em duas dimensões, a objetiva e a subjetiva, esta última tradicionalmente mais enfatizada pela jurisprudência e doutrina pátrias. Entretanto, contemporaneamente, em razão das transformações pelas quais o mundo do trabalho contemporâneo vem atravessando, a dimensão objetiva da subordinação vem gradativamente ganhando destaque na doutrina e jurisprudência pátrias, pela via de releituras como “subordinação estrutural”, “subordinação integrativa” ou “subordinação funcional”, entre outras. Há que se destacar que tais dimensões subordinativas – a subjetiva e a objetiva – são absolutamente antitéticas, excluem-se por incompatibilidade lógica de seus postulados ou premissas teóricas. Assim sendo, em situações limítrofes entre subordinação e autonomia, enfim, em situações laborais nebulosas, o julgador necessariamente deverá optar entre investigar se estão presentes “vínculos de pertença” (objetiva) ou “vínculos de obediência” (subjetiva), sob pena de concluir que a relação em análise é simultaneamente autônoma e subordinada, em verdadeiro paradoxo decisório.

**25) Na sua obra *Lei natural e direitos naturais*, John Finnis estabelece um conjunto de parâmetros que devem orientar o exercício da razão prática. Nas alternativas a seguir, marque o parâmetro que NÃO faz parte do rol estabelecido por Finnis:**

- (A) Não deve haver preferência arbitrária entre as pessoas.
- (B) Respeito por todo valor básico em todo ato.
- (C) Os resultados justificam as ações.
- (D) Seguir a própria consciência.

26) Herbert Hart, na sua obra *O conceito de direito*, estabelece que há um critério último de determinação da validade das normas jurídicas no interior de um ordenamento jurídico. Marque a alternativa que indica o nome que Hart utiliza para o critério referido:

- (A) Norma fundamental.
- (B) Regra de reconhecimento.
- (C) Norma básica.
- (D) Regra suprema.

27) Herbert Hart defende, na sua obra *O conceito de direito*, que todo sistema jurídico deve atender a um “conteúdo mínimo de direito natural”, fundado em certas características do ser humano e da vida em sociedade. Entre estas características, Hart indica:

- (A) Altruísmo limitado.
- (B) Vulnerabilidade humana.
- (C) Igualdade aproximada.
- (D) Todas as alternativas anteriores.

28) Acerca do benefício de aplicação da lei mais favorável em matéria de sucessões internacionais, selecione a alternativa incorreta:

- (A) Trata-se de um benefício previsto no art. 10, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e no art. 5º, inc. XXXI, da Constituição Federal de 1988.
- (B) Tem suas origens mais remotas no direito de *prélèvement* francês, previsto pela lei de 14 de julho de 1819 e declarado inconstitucional em 2011 pelo Conselho Constitucional da França.
- (C) O instituto da ordem pública no Direito Internacional Privado não serve para evitar uma eventual discriminação ou desproteção patrimonial que resulte da aplicação do direito estrangeiro em sucessões internacionais abertas no Brasil. Consequentemente, é necessária a manutenção do benefício da lei mais favorável nos textos legais para suprir tal deficiência.
- (D) Há uma tensão entre o benefício da lei mais favorável e o princípio de igualdade previsto na Constituição Federal, ao permitir o favorecimento dos herdeiros brasileiros em detrimento dos herdeiros estrangeiros.

29) A Colaboração no Processo Civil

- (A) Deve ser entendida somente como um princípio que visa a viabilizar uma decisão de mérito justa, efetiva e tempestiva para as partes.
- (B) Deve ser entendida apenas como um modelo que responde a pressupostos culturais, dentre os quais os pressupostos sociais, lógicos e éticos.
- (C) É um dever do juiz para com as partes e das partes entre si.
- (D) É um modelo e é um princípio do processo civil.

**30) A distinção entre a legislação e a jurisdição está em que:**

- (A) A primeira cria a norma e a segunda apenas a declara, visando à solução dos casos concretos.
- (B) Ambas as atividades concorrem para a construção da norma, sendo que a elaboração dos textos pelo legislador não precisa ser motivada, ao passo que a reconstrução do sentido normativo pela jurisdição deve necessariamente ser justificada.
- (C) A segunda jamais pode invadir o espaço da primeira, ainda que seja para colmatar omissões inconstitucionais.
- (D) A legislação é uma atividade de criação da norma, ao passo que a jurisdição é uma atividade substitutiva da aplicação da norma.

**31) O princípio da colaboração impõe ao juiz na direção do processo:**

- (A) Deveres de diálogo, auxílio, prevenção e esclarecimento.
- (B) Uma postura sempre assimétrica, postando-se ao vértice do triângulo processual.
- (C) Uma postura sempre isonômica, colocando-se sempre no mesmo nível das partes.
- (D) Comprometimento com os seus valores pessoais de justiça para a solução do caso concreto.

**32) O Acesso ao Superior Tribunal de Justiça:**

- (A) No caso de questões mistas, só deve ser franqueado se essas questões foram relevantes para o desenvolvimento do direito.
- (B) Deve ser sempre franqueado para questões de fato, de direito e mistas.
- (C) Deve ser vedado para as questões de direito, estando o exame dessas questões condicionado ao desenvolvimento do direito.
- (D) Nenhuma das assertivas anteriores é correta.

**33) O Direito de Ação:**

- (A) é direito a um processo justo e a uma sentença de mérito.
- (B) é direito ao processo justo e à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva.
- (C) é sinônimo de direito à sentença favorável e à utilização de todas as técnicas processuais adequadas para a sua realização.
- (D) nenhuma das assertivas anteriores é correta.

**34) A finalidade do processo civil:**

- (A) É pacificar a sociedade, declarando a vontade concreta da lei para cada caso concreto.
- (B) É resolver lides resistidas e forçar a execução de lides insatisfeitas.
- (C) É prestar tutela aos direitos em uma dupla dimensão: ao caso concreto e à ordem jurídica.
- (D) Nenhuma das assertivas anteriores é correta.

**35) A Tutela dos Direitos:**

- (A) É sinônimo de tutela jurisdicional.
- (B) Pertence ao plano processual.
- (C) Pertence ao plano material.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**36) O Processo Civil:**

- (A) Tem sua validade condicionada ao cumprimento dos direitos fundamentais processuais que compõem o direito fundamental ao processo justo.
- (B) É uma instituição meramente técnica, cuja estruturação não varia no tempo e no espaço, o que viabiliza o uso do direito comparado como ferramenta útil de reforma.
- (C) É uma relação jurídica abstrata.
- (D) Nenhuma das alternativas é correta.

**37) Em relação à Teoria do Domínio do Fato é correto afirmar que, na concepção de Welzel:**

- (A) A autoria direta depende de um único pressuposto objetivo necessário que é o domínio do fato.
- (B) A autoria direta depende, em qualquer caso, da identificação de dois pressupostos, a saber, o pressuposto pessoal objetivo e o pressuposto fático, que é representado pelo domínio final do fato.
- (C) A autoria direta depende de pressupostos pessoais objetivos e subjetivos, que somente são exigíveis quando a conduta típica depender deles, e de um pressuposto fático, que é o domínio final do fato.
- (D) Na autoria direta o pressuposto pessoal objetivo é representado pelo domínio pleno sobre a decisão e a execução do fato.

**38) Considerando as concepções de Welzel e de Roxin acerca da Teoria do Domínio do Fato, é correto afirmar que:**

- (A) A coautoria, nas concepções tanto de Welzel quanto de Roxin, consiste na realização, dividida entre muitos indivíduos (execução comum), dos atos parciais de uma decisão de ação levada a cabo por todos conjuntamente (decisão comum), na qual, ao mesmo tempo em que cada um possui o domínio da sua parte, igualmente possui o domínio pleno do fato (divisão de papéis).
- (B) A coautoria, na concepção de Welzel, depende dos pressupostos da decisão conjunta do fato e da execução conjunta do fato, ao passo que na concepção de Roxin a coautoria é representada pelo domínio funcional do fato, o qual possui dois pressupostos, a saber, o planejamento conjunto do fato e a execução conjunta do fato.
- (C) Embora Welzel e Roxin partam de um domínio funcional do fato em relação à coautoria, na concepção de Roxin a coautoria depende de três pressupostos, a saber, o planejamento conjunto do fato, a execução conjunta do fato e a prática de contribuição essencial à etapa da execução.
- (D) Para Welzel, quem pratica ato preparatório e de apoio, mas é codetentor da decisão conjunta do fato, também é coautor, já para Roxin quem realiza alguma

contribuição na etapa da preparação, mas cede a execução do fato a outrem renuncia ao seu domínio e, portanto, não é coautor.

**39) No tocante à autoria mediata é correto afirmar que:**

- (A) Na concepção de Welzel é representada pela tripartição do domínio da vontade em domínio da vontade em virtude de coação, domínio da vontade em virtude de erro e domínio da vontade em virtude de aparatos organizados de poder.
- (B) Na concepção de Roxin ocorre unicamente nos casos em que o domínio da vontade é exercido em virtude de erro.
- (C) Na concepção de Welzel ocorre nos casos em que o instrumento atua sem qualificação (pela falta de pressupostos objetivos do tipo), sem intenção (pela falta de pressupostos subjetivos do tipo) ou sem domínio final do fato.
- (D) Na concepção de Roxin ocorre unicamente nos casos em que o domínio da vontade é exercido em virtude de coação.

**40) No que diz respeito ao domínio da vontade por aparatos organizados de poder (domínio por organização) é incorreto afirmar que:**

- (A) Quem possibilita ao homem de trás a execução de suas ordens não é só o “instrumento” e também não é aquele que, predominantemente, deu causa com suas próprias mãos à morte da vítima, mas sim o próprio aparato organizado.
- (B) Roxin entende ser admissível o uso da teoria do domínio por organização aos casos de crimes praticados por meio de organizações empresariais.
- (C) O executor e o homem de trás possuem formas diferentes de domínio do fato, que não se excluem mutuamente, ou seja, o primeiro possui o domínio da ação, ao passo que o segundo possui o domínio da organização.
- (D) Roxin rechaça o uso da teoria do domínio por organização aos casos de crimes praticados por meio de organizações empresariais.

**41) “É verdade que, em relação aos conceitos jurídicos indeterminados, não é inusual a necessidade de o intérprete socorrer-se de outras áreas do conhecimento científico.” (MAFFINI, Rafael. Elementos de direito administrativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 72). Sobre os conceitos jurídicos indeterminados e a discricionariedade administrativa, julgue os itens que seguem:**

- I) Para o autor, se a regra contém na hipótese normativa ou nas consequências jurídicas conceitos imprecisos, o administrador deve analisar a subsunção da hipótese, devendo eleger qual das soluções legais é a melhor ao interesse público (conveniência);
- II) Diante de conceitos jurídicos indeterminados, para fins de controle judicial, a demonstração do significado técnico do conceito em análise será uma incumbência do interessado na desconstituição da conduta levada à apreciação judicial;

III) Almiro do Couto e Silva defende que os conceitos jurídicos indeterminados previstos na lei revelam o caso de discricionariedade administrativa;

Estão corretos os itens:

- (A) Somente o I;
- (B) Somente o II;
- (C) Somente o II e III;
- (D) Somente o I e II;

**42) Marque a assertiva correta:**

- (A) Podemos considerar que a face objetiva da segurança jurídica é a proteção da confiança legítima do administrado;
- (B) A presunção de validade do ato administrativo apresenta-se em todos os atos administrativos, exceto naqueles considerados duvidosos;
- (C) A formalidade, como elemento do ato administrativo, é considerada o modo de exteriorização do mencionado ato. Em regra, será escrita, podendo se admitir excepcionalmente, atos administrativos verbais;
- (D) Chama-se de “caducidade” a extinção do ato administrativo por conta de que a legislação que o embasava é revogada.

**43) Marque a assertiva correta:**

- (A) A conversão substancial é um modo de sanar o ato administrativo, convertendo-se o ato administrativo em outro, de modo retroativo, aproveitando-se os efeitos produzidos validamente;
- (B) Tendo em vista a solenidade que marca o direito administrativo, o processo administrativo toma por base formalismo tarifado;
- (C) Segundo a obra: MAFFINI, Rafael. Elementos de direito administrativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, não é possível falar em “coisa julgada administrativa”, diante de processos que correm pela via não jurisdicional;
- (D) O Brasil adota o sistema de “jurisdição dúplice” ou “dual”.

**44) Sobre o tema das licitações e contratos administrativos, marque a assertiva incorreta:**

- (A) As licitações não podem ser consideradas um “ato administrativo formal”;
- (B) A Lei nº 12.232/10, a fim de não fragmentar o objeto e evitar conluio entre as empresas, não permite que se adjudique o objeto a mais de uma empresa;
- (C) A legislação que trata das licitações permite que se indique marca ou modelo;
- (D) Os privilégios fornecidos às empresas de pequeno porte e as micro e pequenas empresas devem estar previstos expressamente no edital de licitação;

**45) “Não é exagerado afirmar que a desapropriação seja a forma mais contundente de intervenção estatal na propriedade” (MAFFINI, Rafael. Elementos de direito administrativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 246). Sobre o tema, julgue os itens que seguem:**

- I) A desapropriação por zona consiste em desapropriar-se a área visada e mais aquela área que se valorizará;

II) Segundo a jurisprudência do STF, não é possível que os Estados e Municípios desapropriações para fins semelhantes ou idênticos aos da reforma agrária, mas com base na Lei nº 4.132/62;

III) Há entendimento dos tribunais superiores que, enquanto o Poder Público não adquirir o bem por usucapião extraordinário, o proprietário do imóvel esbulhado poderá propor ação de desapropriação indireta.

São corretas a assertivas:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) I e III;
- (D) I, II e III.

**46) Sobre o poder regulamentar, marque a assertiva correta:**

- (A) Não pode a Administração Pública criar normas gerais e abstratas;
- (B) A parte de se ter previsão legal, pode a Administração pública expedir regulamentos;
- (C) O decreto autônomo não é pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, por conta de que a inconstitucionalidade, aqui, é reflexa;
- (D) O poder regulamentar surge quando se estrutura, no Brasil, as Agências Reguladoras.

**47) Sobre a matéria de servidores públicos e proibidade administrativa, marque a assertiva correta:**

- (A) Atualmente é possível que um ente federado, por lei formal, deixe de atotar um regime jurídico único;
- (B) Os empregados públicos admitidos por concurso não gozam de estabilidade, podendo ser demitidos tal qual os trabalhadores da iniciativa privada;
- (C) Os delegados de função notarial e registral, exercidas em caráter privado, são remuneradas por preço público ou tarifa, sendo elas fiscalizadas pelo Poder Judiciário estadual/
- (D) Prescreve em até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final o ato de improbidade cometido por entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual;

**48) Sobre a matéria de poder de poderes administrativos, marque a assertiva correta:**

- (A) Algumas fases do “ciclo de polícia”, segundo o STJ, podem ser exercidas por ente público ou privado;
- (B) Toda a atuação de polícia possui as características da autoexecutoriedade, coercibilidade e discricionariedade;
- (C) A delegação de ato administrativo, como manifestação do poder hierárquico, não pode se diante de decisão de recurso administrativo, para órgãos de mesma hierarquia e diante de expedição de ato normativo;

- (D) O poder disciplinar deve estar baseado em uma relação especial de sujeição, tendo por objeto a capacidade de aplicar sanções, baseado em um regime jurídico vinculado.

**49) Quanto aos contratos administrativos, pode-se dizer que:**

- (A) Segundo a Lei nº 8.666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários;
- (B) Segundo a Lei nº 8.666/93, o contrato de prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, sem a possibilidade de nova prorrogação;
- (C) Segundo a jurisprudência do STJ, os efeitos da pena de inidoneidade aplicados a um contratado se estendem aos demais entes federados;
- (D) Segundo a Lei nº 8.666/93, o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que a sua inadimplência com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, e, quanto aos encargos previdenciário, o Poder Público responde subsidiariamente;

**50) Quanto a matéria de probidade administrativa, podemos dizer que:**

- (A) Em razão da prática de atos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou dissolução compulsória da pessoa jurídica, sem prejuízo a outras sanções previstas na referida legislação, até porque as sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa;
- (B) Uma pessoa jurídica não pode ser condenada por ato de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92);
- (C) Caso a empresa, acusada de atos ilícitos sancionados pela Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), mantenha um programa de integridade (compliance), ela poderá ter sua pena abonada;
- (D) Segundo a Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;